





1 de informação, após as declarações na delação premiada do Delcídio do Amaral. Ainda esclareceu que  
2 amanhã dia **18/03/2016** referida matéria será debatida pelo Conselho Federal da OAB e, acatando  
3 orientação do Presidente da OAB Nacional todas as Seccionais irão explicar seus posicionamentos, o  
4 que justifica a convocação da sessão extraordinária. Para tornar democrática a discussão, o Presidente  
5 estabeleceu aos presentes os critérios utilizados na sessão sendo facultado a manifestação dos  
6 membros que defendem a abertura do processo de impeachment e os contrários à abertura, sendo  
7 facultado o 03 (três) minutos a cada indicado a se manifestar. As manifestações foram alternadas entre  
8 os pró- impeachment e contrários. A secretaria fez as inscrições na seguinte ordem: primeiramente foi  
9 facultada a palavra aos representantes das Comissões de Direitos Humanos, Constitucional,  
10 Prerrogativas e Jovens Advogados. Em seguida facultou a palavra a 06 (seis) advogados presentes, ato  
11 contínuo 06 (seis) Conselheiros Estaduais e por fim abriu-se a palavra aos Conselheiros Federais  
12 presentes. O presidente agradeceu a presença dos Conselheiros em especial aos residentes no interior  
13 do Estado que não mediram esforços para participarem da sessão. Fixadas as regras de  
14 funcionamento da sessão e colhida as inscrições relativas as manifestações, o Presidente facultou a  
15 palavra aos representantes das Comissões. O representante da Comissão de Prerrogativas Dr.  
16 Rodrigo Coelho cumprimentou a todos e explicou sua preocupação relativa a ofensa a Constituição e  
17 as graves ofensas as prerrogativas dos advogados citando casos de ofensas as prerrogativas da  
18 advocacias tocantinenses. Enfatizou que a Ordem não pode embarcar na ideia de um impeachment  
19 ressaltando que a OAB não está representando a advocacia e tão somente voltada para a questão  
20 política. Conclamou aos Conselheiros que se voltem para os anseios da advocacia devendo ser  
21 protagonista e incisivo na árdua defesa dos profissionais que constantemente têm suas prerrogativas  
22 violadas. Ato contínuo fez uso da palavra do Dr. Jander Araújo que referendou as palavras do Dr.  
23 Rodrigo Coelho no tocante as graves ofensas as prerrogativas dos advogados. No tocante ao pedido  
24 de impeachment explicando que diante do cenário político que o Brasil enfrenta não é possível  
25 prosseguir inclusive ressaltou a ofensa ao Presidente da OAB – Dr. Cláudio Lamachia. Requereu aos  
26 Membros que defendam a ordem constitucional e a moralidade. Em seguida fez uso da palavra o  
27 Presidente da Comissão de Direitos Humanos Dr. Edy César, tendo cumprimentado todos  
28 explicando que está se criando um Tribunal de exceção, com latente ofensa aos direitos  
29 constitucionais e total desrespeito aos princípios da ampla defesa e do contraditório. Não pode a OAB  
30 embarcar no clamor social das ruas, pois se assim o fizer estará fugindo de sua finalidade precípua  
31 prevista no artigo 44 do Estatuto da Advocacia. Fez uso da palavra o Presidente da Comissão dos  
32 Jovens Advogados Dr. Otávio Fraz, que cumprimentou a todos em seguida afirmou que as provas



1 ora elecadas são pertinentes e devem ser apuradas. A Ordem não pode jamais se calar diante de todo  
2 esse contexto social que o país está vivenciando, cabendo uma rigorosa apuração. Ressaltou que não  
3 houve vilipêndio a Constituição Federal cabendo ao CNJ apurar eventual excesso por parte do Juiz  
4 Sérgio Mouro quando divulgou as interperetações telefônicas. Em seguida a Dra. Verônica também da  
5 Comissão do Jovem Advogada, explanou esclarendo que é prematuro votar a abertura do processo de  
6 impeachment, indagando quais os motivos para tanto. Não podendo a Ordem se posicionar  
7 sem uma análise rigorosa do processo. Em seguida passou-se a palavra a Comissão de Estudos  
8 Constitucionais Dr. César Mello, que inicialmente cumprimentou a todos lembrando aos pares o  
9 papel da República e o dever de fiscalizar a ordem pública, cabendo a Ordem exigir um  
10 comportamento republicano de seus inscritos, reportando-se ao artigo 1º da Constituição. Por fim  
11 asseverou que é necessário amadurer a república, pois a democracia está devidamente amadurecida.  
12 Ato contínuo falou a Dra. Gizela Maria Bester. Afirmou que a Ordem é a casa dos advogados e não  
13 uma casa de emoções, sendo necessário coerência, e que vários escândulos esse país já assistiu não  
14 havendo tanto clamor como nesse momento. Asseverou que as interrupções telefônicas da forma  
15 como estão sendo realizadas ofendem a Constituição, aduzindo que já sente saudades da  
16 Constituição. Esgotada a fala aberta aos representantes das Comissões, abriu-se a palavra aos  
17 advogados inscritos. Dr. Felipe foi o primeiro a se manifestar esclarecendo que o atual cenário  
18 brasileiro deve ser amadurecido. Enfatizou que os advogados presenciam corrupção diariamente, mas  
19 jamais pode esquecer-se da técnica e, a conduta do Magistrado Sérgio Mouro está sendo totalmente  
20 parcial, o atropelo gerará erros gigantescos e para isso é necessário possuir cautela, finalizou que os  
21 atuais dirigentes foram eleitos através do voto por maioria. Em seguida falou o Dr. Hélio Miranda  
22 que inicialmente cumprimentou a todos esclarecendo que o processo de impeachment é um processo  
23 político e decisão será tomada pelos políticos eleitos. Afirmou que devemos respeitar as eleições mas  
24 a população está assistindo o crime, a desmoralização internacional e a corrupção, não podendo se  
25 omitir. Direito é fato e os fatos estão sendo escancarados. Por fim ponderou que haverá um  
26 julgamento político que será feito pelo Senado em função dos fatos que a cada dia desmoraliza o  
27 povo brasileiro. Dando prosseguimento aos trabalhos Dra. Emilleny Lázaro que também  
28 cumprimentou e, em sua fala fez um apelo político, asseverando que o impeachment tem um viés  
29 político e na sucessão de eventuais nomes que por ventura irão assumir citou o Presidente da Câmara  
30 Eduardo Cunha que é um ofensor aos direitos das mulheres, não podendo a Ordem cancelar essa  
31 ideia já que declarou tratar-se do ano da mulher. Dr. Marcelo Cordeiro assumiu a palavra afirmando  
32 que o Conselho não pode jamais se dividir por possuírem posicionamentos diversos em relação ao



1 tema. Asseverou que o advogado a cada dia enfrenta e defende afrontas a direitos, todavia no  
2 momento o Conselho Federal indaga aos advogados se são ou não a favor da abertura do processo de  
3 impeachment para apurar se houve ou não crime. E continua afirmando que as provas devem ser  
4 produzidas no curso do processo de impeachment conclamando aos colegas que sinalizem  
5 positivamente a favor da abertura do processo de impeachment. Passou-se a palavra ao Presidente da  
6 CAATO Flávio Leão que também cumprimentou a todos afirmando ser defensor das prerrogativas  
7 dos advogados e da Constituição, no entanto informou que nesse momento trata-se de um ambiente  
8 apenas consultivo. Esclareceu que a abertura do impeachment não possui robustez necessária  
9 tampouco legitimidade, entendendo que os advogados devem defender o pacto republicado e da  
10 Constituição. Clamou aos Conselheiros Federais que a Ordem deve processar o juiz Sergio Mouro que  
11 afronta as prerrogativas dos advogados, tendo ao final citado uma frase de um jurista. Em seguida  
12 passou-se a palavra ao advogado Dr. Marco Túlio que cumprimentou a mesa e os presentes,  
13 esclarecendo a importância do debate tendo explanado sobre as constantes afrontas as prerrogativas  
14 dos advogados e ainda sobre a responsabilidade da Ordem no atual cenário não sendo permitido à  
15 advocacia se calar, fazendo questionamentos aos colegas: esse é o país que queremos deixar para  
16 nossos descendentes? Na ocasião reportou a um senador que foi líder dos caras pintadas e que hoje é  
17 contra o impeachment. Pediu aos colegas que votem pela abertura do processo impeachment.  
18 Passada a palavra aos Conselheiros Federais: Dr. Adilá Daltoé, inicialmente cumprimentou a todos  
19 afirmando que o conselho não está fazendo uma consulta e tão somente desindindo se admitirá ou  
20 não uma denúncia contra a Presidente. Esclareceu que o processo de impeachment é uma denúncia  
21 vazia, lembrando que para o recebimento de uma denúncia faz-se necessário os elementos: fato típico  
22 e ante-juridico. Afirmou que a Ordem está se comportando como Juízes e se não há fatos claros para  
23 julgar. Em seguida também fez uso da palavra o Conselheiro Federal Solano Donato afirmando ser  
24 contra o processo de impeachment. Esclareceu que a Ordem não pode se posicionar de forma  
25 política e tão somente de forma técnica e jurídica não havendo elementos suficientes para o  
26 recebimento do processo do impeachment. Esclareceu que houve ofensa a Lei do Sigilo Telefônico e  
27 que a conduta do Magistrado ao divulgar a conversa telefônica afrontou a Constituição. Dr. Elfas fez  
28 questionamentos ao Presidente acerca dos critérios que serão adotados na votação, o que foram  
29 prontamente respondidos tendo a Presidência esclarecido tratar-se de um ambiente consultivo. Em  
30 abriu-se a palavra aos Conselheiros Estaduais. Dr. Luiz Renato explanou sobre o processo do  
31 impeachment reiterando que o processo de impeachment é um julgamento político, inclusive fez  
32 remissão a artigos da Lei do Impeachment. Na ocasião reportou-se a conversas telefônicas da



1 Presidente Dilma, que tem buscado atrapalhar a investigação durante o processo da Lava Jato.  
2 Conclamou aos Conselheiros que os fatos estão a vista de todos. Em seguida o Dr. Célio Henrique  
3 em suas considerações conclamando que não há indícios para a instauração do processo de  
4 impeachment, não podendo a Ordem embarcar nesse processo com base em escutas ilegais. Citou  
5 varios casos de ofensas as prerrogativas, explicando que a Ordem tem a finalidade de defender em  
6 especial as prerrogativas não podendo embarcar nessa “onda” de impeachment entendendo tratar-se  
7 de um golpe. Em seguida Dra. Elaine Ayres passou a explanar esclarecendo que o impeachment é um  
8 processo administrativo e político asseverando que há grandes indícios apurados pelo TCU –  
9 Tribunal de Constas da União relativo às pedaladas fiscais, a Petrobrás. Asseverou que os atos  
10 administrativos estão sendo apurados, cabendo a Ordem referendar a abertura do processo, pois o  
11 principal problema é a falta de governabilidade. Dra. Agripina Moreira cumprimentou a todos,  
12 ocasião em que fez uma análise do papel da OAB no contexto jurídico do país e na defesa da  
13 Constituição, entendendo que atualmente no Brasil vive-se um estado de poder e não estado  
14 democratico, já que o julgamento está sendo feito antes mesmo de ser apurado. Por fim requereu que  
15 a fala da Dra. Gisela Bester seja anexada à ata. Fez uso da palavra Dr. Fábio Wazilewski se  
16 posicionando favoravelmente a abertura do processo de impeachment. Esclareceu que há elementos  
17 concretos a serem apurados, que o Brasil está sem governo comparando a “um carro em alta  
18 velocidade sem motorista”, cabendo a Ordem se posicionar, pois a sociedade busca paz social e uma  
19 efetiva resposta. Acrescentou que vivemos uma crise moral e que não apenas a advocacia como  
20 também o povo brasileiro enfrenta dificuldades prementes. Afirmou que a Petrobrás foi “arrombada,  
21 saceada” e a Presidente insite em dizer que não tinha conhecimento, incorrendo segundo o  
22 Conselheiro em culpa/omissão. Sustentou que faz-se necessário a abertura do processo do  
23 impeachment. Por fim, Dra. Elisângela fez suas ponderações cumprimentando a todos e esclarecendo  
24 que é necessário cautela da advocacia cabendo ao investigado o amplo direito de defesa. Esclareceu  
25 que a população está revoltada ante a conduta reprovável do Magistrado quando divulgou as  
26 conversas telefônicas da Presidente Dilma e Lula a fim de instigar a população disseminando o ódio.  
27 Conclamou aos pares que sejam legalistas e que as escutas telefônicas deveriam ser encaminhadas ao  
28 STF e não a Globo News. Esgotadas as falas lançou-se a respectiva proposição: **A OAB Tocantins**  
29 **será a favor ou não da abertura do processo de impeachment?** Em seguida iniciou o processo de  
30 votação que foi realizado de forma individual, obtendo-se o respectivo placar: **22 votos a favor e 07**  
31 **votos contra a abertura do processo do impeachment, vencendo por maioria a abertura do**  
32 **processo.** Vencida a matéria passou-se ao segundo encaminhamento da pauta no sentido de soltar



1 uma nota relativa à ofensa às prerrogativas dos advogados no tocante ao exercício da advocacia. Dr.  
2 Flávio fez questionamentos acerca de adoções por parte da OAB sobre a matéria. Dr. Jander teceu  
3 considerações citando o caso dos advogados do Lula que também tiveram suas ligações telefônicas  
4 interceptadas. Dr. Fabrício sugeriu que fosse nomeada uma Comissão para fazer estudos apresentando  
5 elementos para a interposição de medidas junto ao CNJ em face do Magistrado Sérgio Moura e  
6 Procuradores em relação aos grampos telefônicos. Dr. Rodrigo Coelho teceu considerações  
7 repudiando a idéia de montar uma comissão para adoção de medidas. Dr. Marcelo Cordeiro reportou-  
8 se as graves ofensas às prerrogativas dos advogados alertando tratar-se de um anseio da classe  
9 esclarecendo que é necessário fazer um estudo profundo com a nomeação de uma comissão. Dr.  
10 Maurílio teceu considerações esclarecendo que se faz necessário uma Procuradoria de Prerrogativas  
11 remunerada e um Tribunal de Ética atuante é extremamente importante com a punição severa de  
12 profissionais que “furtam” de seus clientes. Ato contínuo Dr. Edson Lins teceu considerações  
13 esclarecendo que essa matéria deve ser levada ao Conselho Federal cabendo a Ordem fazer um  
14 estudo e logo após adotar medidas concretas acerca da conduta de Magistrados e Representantes do  
15 Ministério Público com embasamentos técnicos e jurídicos; Dr. Jander esclareceu que a discussão  
16 cinge-se em votar se o Conselho Seccional é ou não a favor da violação das prerrogativas dos  
17 advogados que atuam na operação Lava Jato, entendendo que a manifestação deva ser nacional. Dra.  
18 Priscila afirmou que é contrária a adoção de medidas imediatas por entender que é necessário fazer  
19 um estudo sugerindo a publicação de uma nota de repúdio, cabendo ao Conselho Federal à adoção de  
20 medidas mais enérgicas. Dr. Adilá Daltoé explanou sobre a matéria parabenizando a Comissão de  
21 Prerrogativas sobre o caso de ofensa as prerrogativas da Dra. Iara Alencar. Dr. Luiz Renato  
22 Provenzano esclareceu que a adoção de medidas enérgicas são pertinentes, no entanto faz-se  
23 necessário um estudo. Dra. Lucélia Maria teceu considerações afirmando que a fala dos Conselheiros  
24 está sendo política conclamando que o Conselho deve ser enérgico. Dr. Solano chancelou a fala da  
25 Dra. Lucélia afirmando que é necessário ter maturidade e que há vastos elementos para adoção de  
26 medidas enérgicas sugerindo representação em face do juiz Sérgio Moura e Procurador da República  
27 que afrontadas as prerrogativas dos advogados. Dra. Adriana em sua fala afirmou que as ofensas aos  
28 advogados são gritantes cabendo fazer um estudo profundo para adoção de medidas enérgicas. Na  
29 ocasião foram elencadas cinco proposições, a saber: I – Aguardar a apuração da matéria no STF; II –  
30 Designar uma Comissão para fazer uma nota de repúdio; III – Ajuizamento de medidas; IV –  
31 Nomeação de Comissão para fazer um estudo; V – Lançamento de nota repudiando ante as ofensas  
32 as prerrogativas apoiando a nota do Presidente Nacional da OAB; Dr. Ildo Cótica esclareceu que é



1 necessário ter coerência e alinhar ao posicionamento do Conselho Federal. Dra. Rita de Cássia  
2 sugeriu que a Comissão de Prerrogativas deve ser reunir e decidir quais medidas devem ser adotadas.  
3 Ficou deliberado que o Conselho adotará a V proposição no sentido de referendar a nota do  
4 Conselho Federal em relação às prerrogativas e fazer um estudo alinhando com a Comissão de  
5 Prerrogativas Nacional. Esgotada a pauta, eu Eliana Ribeiro Correia, secretária ad hoc, lavrei a  
6 presente ata que na sessão seguinte será lida, discutida e votada pelos presentes, findando os trabalhos  
7 às 22h30min.

8

9

10

11

**Walter Ohofugi Júnior**

12

Presidente

13

14

15

**Lucélia Maria Rodrigues Sabino**

16

Vice - Presidente

17

18

19

20

**Ildo João Cótica Júnior**

21

Diretor Tesoureiro